

A REFUTAÇÃO DA SOFÍSTICA E A FINALIDADE ÉTICO-POLÍTICA DA RETÓRICA DE ARISTÓTELES (Parte 1¹)

Moisés do Vale dos Santos²

Resumo: Este artigo procura analisar a concepção ético-política da arte retórica de Aristóteles, e o seu contraste com a retórica erística e relativista praticada pelos sofistas (Górgias e Protágoras). Aristóteles rejeita explicitamente na sofística o relativismo ético, porque em sua visão o bom orador jamais deve persuadir seus ouvintes do que é imoral, mesmo sendo capaz de fazê-lo. Pelo contrário, ele deve comprometer-se com a defesa da verdade e da justiça, e com o bem agir na vida pública e na vida privada, pois se o relativismo for disseminado poderá fomentar consequências danosas para a cidade, haja vista que a justiça e a injustiça poderão ser defendidas indiferentemente, opondo-se à função ético-política da arte retórica, que consiste justamente em fortalecer a virtude dos cidadãos.

Palavras-chave: retórica; dialética; sofistas; relativismo; felicidade; ética; política; lógica, Aristóteles, Górgias, Protágoras.

I

É manifesto que os sofistas foram responsáveis pelo florescimento da retórica enquanto arte do discurso persuasivo, pois é a eles que a retórica deve os primeiros esboços de gramática; a divisão do discurso em partes; as técnicas de elocução; a noção de que existe o momento oportuno para expor um argumento; o ideal de prosa ornada e erudita etc. E, muitos dos elementos que compõem a arte retórica de Aristóteles já se encontravam disseminados na retórica dos sofistas, razão pela qual ele reconhece que alguns deles foram os que descobriram os primeiros princípios da arte retórica e os fizeram avançar, aperfeiçoando-os até sua forma atual. Pois, se Aristóteles é grato para com os filósofos que o antecederam, sem os quais o desenvolvimento da filosofia não seria possível, o mesmo ocorre com os oradores que o precederam.

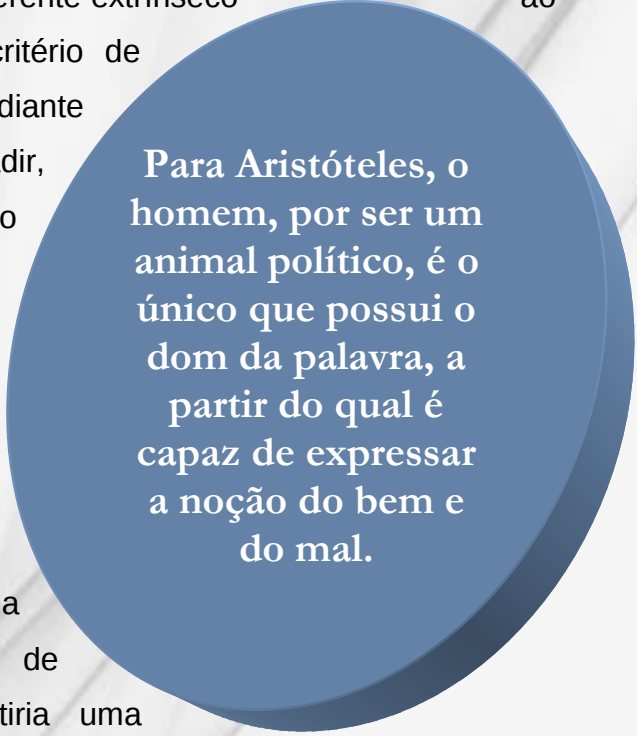
No entanto, Aristóteles não se aproxima dos sofistas somente em virtude de alguns elementos retóricos que deles foram apropriados e utilizados para compor os três livros da *Retórica*, mas ainda por outras razões. O Estagirita designa o λόγος como um traço dominante da condição política do homem. Ele declara que por ser um animal político, o homem é o único que possui o dom da palavra, a partir do qual é capaz de expressar por meio de sinais a noção do

¹ Esse tema será abordado em três partes a partir dessa edição da Paideia.

² Doutorando em História da Filosofia Moderna e Contemporânea (UFPR) Moisesperipatos@gmail.com

bem e do mal, do útil e do prejudicial, do justo e do injusto, objetos para cuja expressão foi concedido o dispositivo da fala. Além disso, a aproximação com os sofistas ocorre pela maneira como ele articula a pluralidade das diferenças e dos pontos de vista na unidade plural da cidade, pois na medida em que sua arte retórica se abre às perspectivas individuais e valoriza o jogo de interesses de cada cidadão, ela se transforma num expediente de afirmação da liberdade de opinião. À vista disso, o conhecimento que o orador deve possuir para proferir o seu discurso não deve fundamentar-se em verdades filosóficas, conforme postulava Platão, mas deve amiúde limitar-se às opiniões que aparentam ser verdadeiras para o consenso geral, posto que os argumentos retóricos devem ser formados de argumentos comuns, tendo em vista a comunicação do orador com as multidões.

Com efeito, a perspectiva epistemológica assumida pela maioria dos sofistas aventa que o mundo está destituído de verdade objetiva, razão pela qual o discurso retórico não teria um referente extrínseco ao sujeito, ou seja, não existiria outro critério de verdade senão o próprio sujeito, que mediante o trunfo da palavra é capaz de persuadir, pela lógica aparente e pelo encantamento do estilo, qualquer um sobre qualquer assunto. O sofista Górgias levou a efeito um certo modo de conceber a retórica que tanto Platão quanto Aristóteles reputaram por dever ser rechaçado. Esse modo de conceber a retórica era baseado na própria perspectiva epistemológica de Górgias, segundo a qual não existiria uma verdade objetiva, mas ainda que existisse, ela não seria apreendida, e se por ventura o fosse, jamais poderia ser expressa pelo discurso. Pode-se assegurar sumariamente que o corolário dessas três proposições significa que o discurso retórico não teria a função de tornar possível a comunicação das coisas como realmente são. Pelo contrário, ao preconizar que existe um fosso intransponível entre as coisas e a percepção, assim como entre a percepção e o discurso, as



Para Aristóteles, o homem, por ser um animal político, é o único que possui o dom da palavra, a partir do qual é capaz de expressar a noção do bem e do mal.

palavras já não teriam nenhuma correspondência com a realidade. Apesar desse ceticismo, Górgias sustenta que as palavras quando adequadamente empregadas tem o poder de persuadir as pessoas a modificar suas opiniões, outorgando ao orador um poder quase ilimitado. As palavras também poderiam alterar tanto as emoções como as opiniões dos ouvintes, submetendo-os ao domínio do orador (*El. Hel.*, § 12).

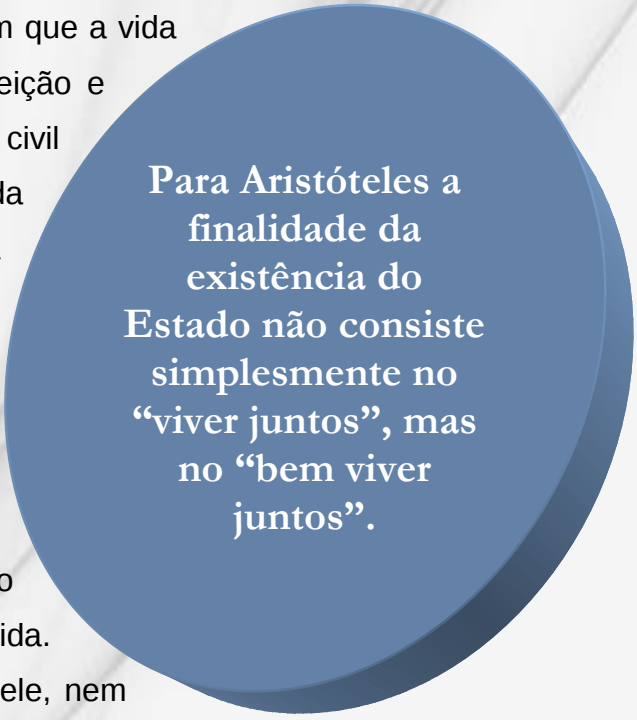
Consoante ao pensamento de Górgias e dos sofistas em geral, o discurso retórico não pode pretender ser verdadeiro, nem mesmo verossímil, tampouco comprometer-se com as virtudes éticas, mas só pode ser próprio para persuadir as pessoas a mudar suas opiniões; para alterar as emoções daqueles que o ouvem, submetendo os ouvintes ao domínio daquele que fala; para fazer as coisas pequenas parecerem grandes, e as grandes parecerem pequenas; para defender uma causa considerada injusta e fazê-la prevalecer sobre uma causa justa, transformando assim o argumento mais fraco no mais forte; e para mudar as coisas que são consideradas más, de modo a aparecerem boas às multidões. Deveras, a finalidade dessa arte retórica não estaria à serviço daquilo que Aristóteles chama de εὐπραξία, ou seja, o bem agir na vida pública e na vida privada, mas à serviço do anseio de dominar os ouvintes por intermédio da palavra. Conquanto o Estagirita se aproxime da sofística na escolha do λόγος como traço dominante da condição política do homem, ele é declaradamente anti-sofista tanto na compreensão quanto na utilização dessa faculdade humana³. Isto ocorre porque no contexto de seu método retórico o λόγος se identifica com o bloco das provas lógicas, compostas pelo entimema e pelo exemplo, as quais estão destinadas a persuadir através de argumentos racionais, cujo uso seria lícito somente em conexão com a sabedoria e a virtude.

Aristóteles declara nas primeiras linhas da *Ética a Nicômaco* que toda arte, processo de investigação, procedimento prático e decisão parecem dirigir-se para certo bem, por isso o bem é concebido como aquilo por que tudo anseia. Todavia, entre os fins das ações humanas a serem levadas a cabo existe aquele que é buscado em virtude de si próprio. Esse fim não é um bem

³ Aristóteles teria escrito uma obra exotérica com o intuito de refutar as doutrinas do sofista Górgias chamada *Contra a Doutrina de Górgias* (Πρὸς τὰ Γοργίου). Esta obra foi registrada por Diógenes Laércio no seu catálogo de obras atribuídas ao Estagirita (LAERTIUS, 1988, V, 1, 25).

qualquer, mas é o bem supremo, ou seja, a felicidade (εὐδαιμονία). O bem supremo é o objeto de estudo da ética, mas é sobretudo o objeto de estudo da mais arquitetônica de todas as ciências, qual seja, a ciência política, a qual, por sua vez, submete os fins de todas as atividades humanas. E, se todas as atividades humanas no Estado estão submetidas à ciência política cuja finalidade é o bem humano, então, a arte retórica adquire naturalmente a incumbência de promover o bem do Estado. O Estado para Aristóteles constitui um organismo ético, em razão disso ele representa a condição e o complemento da atividade moral individual, bem como o fundamento primeiro da suprema atividade contemplativa.

Para o Estagirita a finalidade da existência do Estado não consiste simplesmente no “viver juntos”, conforme ocorre com outros animais que vivem em sociedade, mas no “bem viver juntos”, e todas as instituições políticas, incluindo as artes e as ciências, seriam meios para a obtenção desse fim. O interesse comum também une os membros da sociedade, posto que cada um aí encontra meios de viver melhor, e isto constituiria o seu fim principal, comum a todos e a cada um em particular. Sendo assim, o fim da sociedade civil consiste no viver bem, e a própria cidade seria apenas uma grande comunidade de famílias e de aldeias em que a vida encontraria todos estes meios de perfeição e de suficiência. No entanto, a sociedade civil seria menos uma sociedade de vida comum do que uma sociedade de honra e de virtude (*Pol.* II, V: 53; 56). Para Aristóteles, não há nenhuma dúvida de que o verdadeiro Estado, ou seja, aquele que não o é somente de nome, deve estimar acima de tudo a virtude, visto que é impossível que um Estado seja feliz se dele a honestidade for banida. Não existiria nada de bom a esperar dele, nem tampouco de um indivíduo em particular, sem o cultivo da virtude e da prudência. As virtudes éticas, como a coragem, a justiça e a prudência têm no

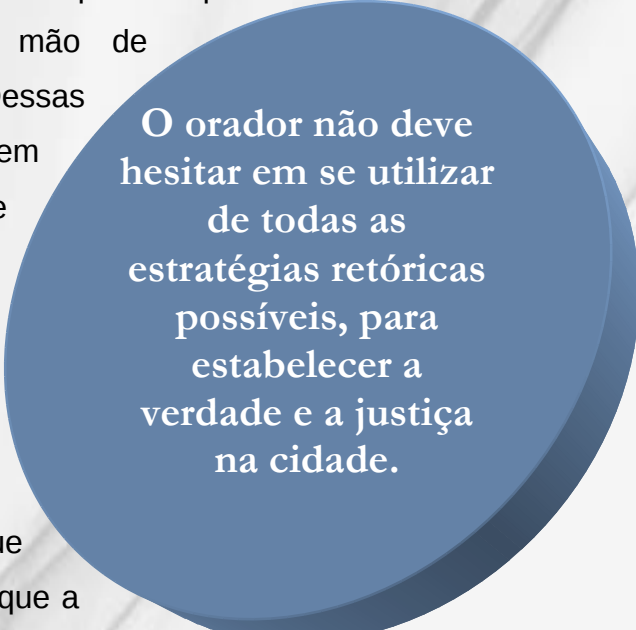


Para Aristóteles a finalidade da existência do Estado não consiste simplesmente no “viver juntos”, mas no “bem viver juntos”.

Estado o mesmo caráter e a mesma influência que nos indivíduos particulares. Sendo assim, a melhor existência para cada um em particular e para todos os Estados dependeria necessariamente das virtudes éticas (*Ibid.*, II, V: 58).

O orador público cuja missão é promover o bem do Estado, não deve jamais preocupar-se em dominar nos moldes sofísticos os seus ouvintes através da palavra, em detrimento do bem geral, mas deve cultivar e aparentar a prudência (φρόνησις), a virtude (ἀρετή) e a benevolência (εὐνοία). Mediante a φρόνησις ele deve estar apto a dar conselhos razoáveis e pertinentes; pela ἀρετή ele é obrigado a nunca dissimular o que pensa nem o que sabe; e pela εὐνοία ele deve estar sempre disposto a ajudar seu auditório (*Ret.*, 1378a 9-22). Além do exposto, o orador deve comprometer-se em trazer a verdade à baila, identificar e refutar os argumentos falaciosos, e combater a perversão da verdade e da justiça. Aliás, na obra *Dos argumentos Sofísticos* Aristóteles explicita que ao homem que possui conhecimento de uma determinada matéria, como a arte retórica, cabe evitar ele próprio os vícios de raciocínio nos assuntos que conhece e ao mesmo tempo ser apto a desmascarar aquele que lança mão de argumentos falaciosos. Dessas capacidades, a primeira consiste em ser apto a oferecer as razões do que se diz e a segunda em fazer com que o adversário as apresente (*Arg. Sof.*, 164b 25-30).

Haja vista que para Aristóteles a verdade e a justiça são por natureza mais fortes que seus contrários, e sendo manifesto que a técnica retórica pode favorecer as causas injustas, então, muito mais eficientemente a mesma técnica pode favorecer as causas justas. Sendo assim, o orador não deve hesitar em se utilizar de todas as estratégias retóricas possíveis, não simplesmente para vencer uma disputa ou para infundir o seu ponto de vista aos ouvintes, mas para estabelecer a verdade e a justiça na cidade. Ele ainda, como o dialético, possui a capacidade



O orador não deve hesitar em se utilizar de todas as estratégias retóricas possíveis, para estabelecer a verdade e a justiça na cidade.

de argumentar sobre coisas contrárias, mas ele nunca deve fazer uma e outra coisa indiferentemente, posto que jamais deve persuadir seu auditório a praticar uma conduta imoral, pelo contrário, deve ele refutar os argumentos daqueles que argumentam contra a verdade e a justiça.

O orador deve esforçar-se por implantar a justiça na alma dos seus concidadãos e eliminar o vício. A retórica deve ser então um instrumento educacional ético-político, e nisso consistiria sua legítima função na cidade, razão pela qual Aristóteles censura o uso que os sofistas faziam das palavras, os quais incorriam (pelo relativismo) tanto no mal moral quanto no erro epistemológico. O mal moral seria a ênfase dada pelos sofistas na excitação das paixões dos ouvintes e por visarem somente o interesse próprio, que em nada favoreceria o bem da cidade. Enquanto que o erro epistemológico consistiria na defesa de um relativismo conceitual, nos moldes do pensamento protagoriano. Nesse aspecto Aristóteles se afasta de todos os sofistas que defendiam a doutrina dos *δισσοὶ λόγοι*, cujo principal representante foi Protágoras, o qual aventava que em relação a qualquer assunto existem dois argumentos opostos e que é possível aprovar e refutar um mesmo tema proposto. Ele queria dizer com isso que se pode tomar qualquer lado de uma questão e defendê-la com igual sucesso, ou seja, o mesmo orador poderia defender teses que são contrárias. A propósito, tal concepção que também se relaciona com a ideia de que é possível tornar mais forte o argumento mais fraco, justificaria a indignação dos homens contra Protágoras, que muito provavelmente incluía o Estagirita (*Ret.*, 1402a 34-36).

Verificamos que a concepção retórica de Platão exposta nos diálogos *Fedro* e *Górgias* contrasta com a tese da neutralidade da linguagem proposta pelos sofistas, posto que Platão estabelece como ideal uma linguagem normativa, a qual seria capaz de realizar na cidade a união perdida entre a ética e a retórica. Para ele, o discurso retórico, enquanto ferramenta educacional, não merece nenhum crédito se nele inexistir a intenção de instruir moralmente os ouvintes, qualquer que seja o assunto. Todavia, Luiz Rohden enfatiza que, contrapondo-se a Platão, o Estagirita sustenta que a arte retórica é amoral no sentido de que, em muitos momentos da vida humana, o homem pode fazer uso da palavra, sem colocar o poder da linguagem sob a égide da

moral. Ela ainda seria amoral no sentido de poder ser autônoma dos conselhos morais para desenvolver-se, ou seja, independentemente da cultura de um povo, seus costumes e hábitos a retórica possuiria um valor próprio. A despeito disso, a arte retórica precisa comprometer-se com a moral no sentido que, diferente dos sofistas, não se deve persuadir um auditório para praticar algum mal. Além disso, a retórica precisa estar associada à moral porque na visão de Aristóteles esta arte estaria vinculada com a ética e com a ciência política (ROHDEN, 1997:166-167). E, apesar de Aristóteles afirmar que através da retórica é possível favorecer tanto as causas justas como as injustas, e que o orador precisa ser apto de argumentar persuasivamente sobre coisas contrárias, ele rejeita à maneira de Platão a neutralidade da linguagem que caracteriza a sofística, uma vez que o orador mesmo sendo capaz de defender teses opostas, jamais deve persuadir acerca do que é imoral. Em suma, para Aristóteles a retórica é uma arte neutra ou mesmo amoral, e neste ponto ele aproxima-se da sofística, mas ao mesmo tempo ele defende que a retórica enquanto ferramenta ético-política não deve ser neutra, mas comprometida com a moral, o que por sua vez o aproxima de Platão.

Com efeito, para que se possa fazer a distinção entre o orador e o sofista, seria preciso definir o orador não somente pela técnica retórica, que por sua natureza é neutra (como a medicina e a estratégia militar), mas essencialmente por sua intenção moral. O orador distinguir-se-ia do sofista pelo fato de empregar a técnica retórica tendo em vista o trunfo natural do verdadeiro e do justo, e também por ser capaz de separar o argumento aparente do argumento verdadeiro. Assim sendo, quando se apela à intenção ou quando se acrescenta algo como uma vontade crítica (que não poderia fazer parte dos requisitos da arte retórica enquanto tal), que se poderia distinguir mais claramente, pela boa e má intenção, o orador do sofista. E, para evitar os efeitos danosos da sofística sobre a ação política, assunto que também é longamente explorado por Platão em seus diálogos, o Estagirita atribui à arte retórica uma função ética, razão pela qual ela seria útil para o bem do Estado.

Segundo Aristóteles, todos aqueles que exercem algum tipo de autoridade na cidade podem beneficiar muita gente, tais como os estrategos, os oradores e todos os que possuem poderes idênticos (*Ibid.*, 1388b 26-28). A arte retórica pode beneficiar muita gente, porque se os juízos não se fizerem como convém (não somente nos tribunais mas também nas assembleias), a verdade e a justiça serão necessariamente vencidas pelos seus opostos, e isto seria prejudicial para sociedade civil. Isto posto, Aristóteles compromete o discurso retórico em perspectiva prática ao fim último do ser humano, e com base nesse comprometimento a retórica pertenceria tanto à ética quanto à ciência política. Pode-se dizer que a retórica seria um tipo de arte auxiliar da ética e da política, porque ela não visa simplesmente a persuasão, mas contribuir para o bem agir tanto na vida privada quanto na vida pública. Aristóteles chega a enfatizar que a retórica é como um rebento (παρὰφυής) da dialética, e do saber prático sobre os caracteres a que é justo chamar política (*Ibid.*, 1356a 32-42):

De sorte que a retórica é como um rebento da dialética e daquele saber prático sobre os caracteres que é justo chamar de política. É por isso

também que a retórica se cobre com a figura da política, e igualmente aqueles que têm a pretensão de a conhecer, quer por falta de educação, quer por jactância, quer ainda por outras razões inerentes à natureza humana. A retórica é de fato, uma parte da dialética e a ela se assemelha, como dissemos no princípio; pois nenhuma das duas é ciência de definição de um assunto específico, mas mera faculdade de proporcionar razões para os argumentos.

A arte retórica pode beneficiar muita gente, porque se os juízos não se fizerem como convém a verdade e a justiça serão necessariamente vencidas pelos seus opostos.

Com base na passagem supracitada pode-se assegurar que as provas lógicas da argumentação retórica, ou seja, o entimema e o exemplo (λόγος),

pertenceriam mediante a vinculação com a dialética ao domínio da lógica formal⁴, posto que a característica mais peculiar da retórica de Aristóteles é a sua vinculação com a dialética, a qual constitui um notório ramo da lógica. Além disso, a retórica não é apenas análoga à dialética, mas também o seu “rebento” já que uma parte das provas técnicas é constituída pelos entimemas ou sumários de silogismos dialéticos. A arte retórica, então, pertenceria em parte ao domínio da lógica formal desenvolvida nos *Analíticos Anteriores* porque ela estuda silogismos e induções (*Ibid.*, 1356b 5-12).

Todavia, a arte retórica não se vincula somente à dialética, mas também à ciência política, pois ela se ocupa dos mesmos conteúdos dos quais esta se ocupa - os caracteres e as paixões - mas unicamente com vistas a persuadir. Os meios psicológicos da argumentação retórica, ou seja, o caráter do orador (ἦθος) e o apelo emocional (πάθος), estariam por mediação da ética ligados ao domínio da ciência política. O conhecimento especulativo do caráter e das virtudes pertenceria por definição à disciplina que trata dos caracteres. A disciplina que trata dos caracteres, que mormente recebe o nome de ética, subordina-se à ciência política. Destarte, pela mediação da ética a arte retórica pertenceria ao domínio da ciência política. A retórica, ao lidar com as ações humanas, caracteres, virtudes e emoções, está intimamente ligada à política, que por sua vez inclui a ética. Ambas as disciplinas tratam do mesmo assunto, mas de um ponto de vista diferente. Ambas lidam com a felicidade e a virtude, mas o escopo da política consiste *grosso modo* em comparar as diferentes formas de governo e encontrar aquela na qual o homem será mais virtuoso. A retórica, por seu turno, é um instrumento importante na educação individual do cidadão e dos membros do Estado como um todo, por isso pode ser considerada como uma ramificação da política. E, conforme a pertinente análise de Barbara Cassin sobre esse tópico, seria por intermédio da ética, que tem razão de chamar-se “política”, que a retórica entraria na árvore da política. Mas enquanto os conhecimentos dos *êthê* (ἦθη) constituiria para a retórica algo como uma tópica das almas, uma compilação que permite inventar premissas adaptadas com o intuito de suscitar paixões e arrebatá-las à convicção, a ética

⁴ A lógica formal que também é conhecida por “silogística geral” refere-se à forma do raciocínio, a qual leva em consideração a existência ou a inexistência do nexos entre o antecedente e o consequente, se é correto o raciocínio em suas duas formas: silogismo e indução.

contribuiria para conhecer, e sem dúvida para educar tanto os indivíduos como as cidades, tendo em vista a finalidade de bem viver (CASSIN, 1999: 74).

O ideal platônico aspirava absorver a vida prática no conceito científico da dialética, ao passo que a sofística procurava dissolver todas as normas morais no relativismo. Aristóteles estava cômico de que não havia um modelo lógico que pudesse oferecer conhecimentos científicos com base em crenças sempre passíveis de discussão, pois a força da retórica não consiste no conteúdo da verdade científica que possui, mas por ser um instrumento argumentativo para melhor viver em sociedade. A arte retórica, enquanto ramificação da dialética e da ética pode servir de ferramenta educacional para os cidadãos e fornecer-lhes o meios técnicos para defender a verdade e a justiça na cidade. O exercício da arte retórica também é útil para conduzir a comunidade a resolver seus problemas pela discussão racional e não pelo uso da força física, considerando o maior número possível de aspectos dos problemas ético-políticos em questão. No entanto, ela restringe-se a tornar mais ou menos plausíveis opiniões ou pontos de vista, sem fornecer a garantia da verdade absoluta sobre as questões ético-políticas. À vista disso, a retórica de Aristóteles tem como pressuposto um caráter ético-normativo, e muito mais do que um simples jogo de linguagem, ela implica na concretização do bem supremo ou da felicidade.

De acordo com a definição elaborada por Aristóteles, a arte retórica consiste na capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com a finalidade de persuadir e esta não seria a função de nenhuma outra arte. No entanto, convém sublinhar que a persuasão não possui um fim em si mesmo, conforme propalavam os sofistas, porquanto na condição de instrumento ético-político, a retórica submete-se a uma finalidade mais sublime, a qual é buscada em virtude de si mesma. É manifesto que a persuasão é o fim da atividade retórica, mas é um fim que é buscado em função de outro fim, o qual é buscado em virtude de si próprio, qual seja, a felicidade; e cada homem em particular e todos em conjunto têm este fim em vista, tanto no que escolhem fazer tanto no que evitam. Outrossim, é dela mesma, das ações que para ela tendem e daquelas que lhe são contrárias que versam todos os conselhos e dissuasões, razão pela qual a felicidade constitui o fim da deliberação (*Ret.*, 1360b 4-8).

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓFANES. **As Nuvens**. Tradução de Maria Reale Starzynski. Abril Cultural. São Paulo: 1972.

ARISTOPHANES. **Clouds**. *The Comedies of Aristophanes*. Translation by William James Hickie. Bohn. London:1853.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Martins Fontes. São Paulo: 2002.

_____. **Analíticos Posteriores**. Tradução de Pinharanda Gomes. Guimarães Editores. Lisboa: 1987.

_____. **Ética a Nicômaco**. Tradução de António de Castro Caeiro. Editora Atlas. São Paulo: 2009.

_____. **Metafísica**. Tradução de Giovanni Reale. Edições Loyola. São Paulo: 2002.

_____. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior. Martins Fontes. São Paulo: 2012.

_____. **Segundos Analíticos**. Tradução de Lucas Angioni. UNICAMP. Campinas: 2002.

_____. **Tópicos/ Dos Argumentos Sofísticos**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. Nova cultural. São Paulo: 1987.

ARISTOTLE. **Politics**. Translated by H. Rackham. Harvard University Press: 1944.

_____. **Posterior Analytics**. Translated with a Commentary by Jonathan Barnes. Oxford University Press: 1837.

_____. **Metaphysics**. Translated by Hugh Tredennick. Harvard University Press: 1989.

_____. **Nicomachean Ethics**. Translated by H. Rackham. Clarendon Press. Oxford: 1894.

_____. **On Sophistical Refutations. On Coming-to-be and Passing Away. On the Cosmos**. Translated by E. S. Forster. Harvard University Press: 1955.

_____. **The art of Rhetoric**. Translation by John Henry Freese. Harvard University Press: 2006.

_____. **Topics**. Oxford University Press: 1837.

CASSIN, Barbara. **Aristóteles e o lógos: contos da fenomenologia comum**. Edições Loyola. São Paulo:1999.

_____. **O efeito sofista**. Editora 34. São Paulo: 2005.

COHEN, Jean (et al.). **Pesquisas de retórica**. Vozes. Petrópolis:1975.

COPE, E. M. **An introduction to Aristotle's Rhetoric**. University of Cambridge. London: 1867.

DISCURSOS DUPLOS (DISSOI LOGOI). Tradução de Joseane Mara Prezotto. Trans/Form/Ação. Marília: 2017.

FRANCISCO, Maria. F. S. **Da especificidade do estilo retórico segundo Aristóteles**. Organon. Porto Alegre: 1999.

GÓRGIAS. **Elogio de Helena**. Tradução de Aldo Dinucci. Ethica. Rio de Janeiro: 2009.

GUTHRIE, William K. C. **Los filósofos griegos: de Tales a Aristóteles**. Fondo de cultura económica. México: 2010

LAËRTIOS, Diôgenes. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Editora UNB. Brasília: 1988.

LAERTIUS, Diogenes. Translation by R. D. Hicks. **Lives of Eminent Philosophers**. Cambridge. Harvard University Press: 1972.

PERELMAN, Chäim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Emantina de Almeida Prado Galvão. Martins Fontes. São Paulo: 2014.

PLATÃO. **Fedro**. Edições 70. Tradução de José Ribeiro Ferreira. Lisboa: 2009.

_____. **Górgias**. Tradução de R. N. Lopes. Perspectiva. São Paulo: 2015.

_____. **Teeteto**. Tradução de Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: 2010.

PLATO. **Phaedrus**. Translation by John Burnet. Oxford University Press. 1903.

_____. **Theaetetus**. Translated by Harold N. Fowler. Harvard University Press:1921.

MORRALL, John B. **Aristóteles**. Editora UNB. Brasília: 2000.

MURPHY, James j. **Sinopsis histórica de la retórica clásica**. Editorial Gredos. Madrid: 1989.

ROBINSON, T. M. **Contrasting arguments: an edition of the dissoi logoi**. Arno. New York:1979.

ROHDEN, Luiz. **O poder da linguagem: a arte retórica de Aristóteles**.

EDIPUCRS. Porto Alegre: 1997.

SPATHARAS, Dimos. **Gorgias: an edition of the extant texts and fragments with commentary and introduction**. University of Glaslow: 2001.

SPRAGUE, Rosamond Kent. **Dissoi Logoi or Dialexeis**. Mind, New Series, Vol. 77, No. 306. Oxford University Press:1968.

YAMIN, A. M. **Sobre o fundamento do discurso verossímil na Retórica de Aristóteles**. Poliética. São Paulo: 2016.